



**COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-  
2034 (PL 2614/24)**

**EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025**

*Modifica-se a estratégia 5.3 do Objetivo  
5 do Anexo do Substitutivo ao Projeto de  
Lei nº 2.614, de 2024.*

A Estratégia 5.3 do Objetivo 5 do Anexo do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Estratégia 5.3. Assegurar a implementação das diretrizes curriculares que preparem para o exercício da cidadania, abrangendo as habilidades e competências voltadas à compreensão do Estado Democrático de Direito, da Educação para as Relações Étnico-Raciais, da Educação em Direitos Humanos, da Educação Ambiental e Climática e da Educação Sexual Abrangente, em conformidade com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e com a Convenção sobre os Direitos das Crianças, nos termos da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, e da Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, e em consonância com as abordagens dos temas transversais da BNCC, garantindo a transversalidade da educação antirracista, da promoção da equidade e da valorização da diversidade em todos os componentes curriculares e práticas pedagógicas, com monitoramento efetivo.

**JUSTIFICATIVA**

A inserção da educação sexual abrangente e a referência explícita às Convenções internacionais representam um significativo avanço conceitual e jurídico. Estas alterações elevam o patamar da formação, em estrita conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Esta fundamentação





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

jurídica robusta reforça a obrigatoriedade da implementação dessas diretrizes, posicionando a educação sexual como um instrumento essencial para o combate à discriminação; a prevenção da violência, de doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez na adolescência, de casamento infantil, e a promoção do respeito e da autonomia de crianças, adolescentes e mulheres.

A outra mudança proposta visa fortalecer o compromisso com a efetiva implementação das diretrizes curriculares ao ampliar o escopo temático, incluindo a valorização da história e cultura indígena, conforme determina a legislação vigente, em paralelismo com a já citada Lei 10.639/2003.

E, por fim, traz robustez à estratégia, por meio da transversalidade, da equidade em todos os componentes curriculares, com monitoramento.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2025

**Pedro Uczai**

**Deputado Federal (PT/SC)**

